



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **20/08/2019**

Aprovado em: **24/08/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.23.12>

□ EDUCAÇÃO É MEU DIREITO □: AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS EM EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

MIRIAM SANTOS PRESCINCA CORREIA, ROSANGELA MARQUES DOS SANTOS

RESUMO

Este texto apresenta o relato de experiência em Estágio Supervisionado de caráter obrigatório e vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, realizado no período de novembro de 2017 a fevereiro de 2019, no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), localizado no bairro Santa Maria em Aracaju/SE. O Projeto de Intervenção executado intitula-se “Educação é meu Direito”. Para a sua fundamentação realizou-se um estudo sobre a Política de Assistência Social e a sua relação com a Política de Educação, o campo de estágio e a atuação do Serviço Social na instituição. O desenvolvimento do projeto contou com a realização de diversas ações socioeducativas com os usuários público-alvo da atividade (crianças e adolescentes), dentre as quais destacam-se rodas de conversa, oficina e visitas institucionais.

Palavras-chave: Educação. Direito. Assistência Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This text presents the experience report on Supervised Internship, which is compulsory and linked to the Social Service Course of the Federal University of Sergipe, held in the period from November 2017 to February 2019, at the Reference Center for Social Assistance (CRAS), located in the Santa Maria district, in the municipality of Aracaju / SE. The Intervention Project implemented is entitled "Education is my Right". For its rationale a study was carried out on the Social Assistance Policy and its relationship with the Education Policy, the field of training and the work of the Social Service in the institution. The development of the project counted on the accomplishment of several socio-educational actions with the public target users of the activity (children and adolescents), among which stand out conversation wheels, workshop and institutional visit.

Keywords: Education. Right. Social Assistance. Social Service.

RESUMEN

Este texto presenta el informe de experiencia sobre pasantías supervisadas, que es obligatorio y está vinculado al Curso de Servicio Social de la Universidad Federal de Sergipe, que se llevó a cabo entre noviembre de 2017 y febrero de 2019, en el Centro de Referencia para Asistencia Social (CRAS), ubicado En el distrito de Santa María, en el municipio de Aracaju / SE. El Proyecto de Intervención implementado se titula "La educación es mi derecho". Para su justificación, se realizó un estudio sobre la Política de Asistencia Social y su relación con la Política de Educación, el campo de la capacitación y el trabajo del Servicio Social en la institución. El desarrollo del proyecto contó con la realización de diversas acciones socioeducativas con el público destinatario de la actividad (niños y adolescentes), entre los que destacan ruedas de conversación, talleres y visitas institucionales.

Palabras clave: Educacion. Derecho. Asistencia Social. Servicio Social

~INTRODUÇÃO

O relato de experiência tem por base as ações desenvolvidas durante a realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social I, II e III vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O estágio de caráter obrigatório contou com acompanhamento acadêmico e de campo e realizou-se no período de novembro de 2017 a fevereiro de 2019. O desenvolvimento do Projeto de Intervenção intitulado “Educação é meu Direito” ocorreu no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) localizado no bairro Santa Maria, no município de Aracaju/SE, e contou com a realização de diversas ações socioeducativas com os usuários público-alvo da atividade (crianças e adolescentes), dentre as quais destacam-se rodas de conversa, oficina e visitas institucionais. Com a finalidade de fundamentar teoricamente a ação realizou-se um estudo sobre a Política de Assistência Social e a sua relação com a Política de Educação, o campo de estágio e a atuação do Serviço Social na instituição.

A constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, no capítulo acerca dos Direitos Sociais, dispõe em seu Artigo 205 a Educação como direito de todos, dever do Estado e da família. Diz ainda que esta “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, s/p). Logo, como um direito social que deve ser garantido a todos os cidadãos, especialmente as crianças, adolescentes e jovens, a educação não deve ser um direito negligenciado, pois ocupa um lugar importante na vida de todos os cidadãos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu cap. IV, Artigo 53, assegura que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]”.

Neste íterim, como disposto na Constituição Federal, o Estado, a família e a sociedade devem proporcionar e garantir o direito à educação a todas as crianças, aos adolescentes e aos jovens do país.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em sua Cartilha Subsídios para a Atuação do Assistente Social na Educação, apresenta uma concepção ainda mais ampliada sobre a Educação, descrevendo-a como:

um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social, ou seja, nas formas de reprodução do ser social [...] numa sociedade organizada a partir da contradição básica entre aqueles que produzem a riqueza social e aqueles que exploram os seus produtores e expropriam sua

Portanto, a aludida concepção considera a Educação como um elemento de significativa importância social na vida dos cidadãos que estão inseridos no contexto da sociedade burguesa, cujo o modelo econômico vigente é o capitalismo. Desta maneira, a educação se coloca como um “complexo constitutivo da vida social”, pois pode possibilitar aos indivíduos inseridos no contexto de luta entre as classes antagônicas, a compreensão das contradições e o desenvolvimento de práticas transformadoras.

Nessa direção, Araújo (2014, p.12) destaca que a educação também deve ser percebida na sua vinculação com a esfera da produção à medida que qualifica mão de obra para o exercício de atividades remuneradas e produz novos conhecimentos. Para a autora, a educação está inserida no campo de disputa entre diferentes classes, “[...] e, sob a ótica dos trabalhadores, a luta se dá para efetivá-la com qualidade enquanto um direito universal”.

A autora Sheila Backx (2009, p. 122) assevera que para uma compreensão da Educação como uma política social do Estado capitalista é necessário aprendê-la em dois níveis: “um geral - comum a fase monopolista do capitalismo - e outro particular - característico de determinada formação social”. No plano geral a autora se refere à relação da educação com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e à capacidade da população de demandar acesso ao saber socialmente acumulado e produzido (BACKX 2009 apud NEVES 2002). Já no nível particular, a autora refere-se à adesão tardia do Brasil ao capitalismo e ao nosso passado colonial caracterizado por um profundo patrimonialismo.

Segundo Backx (2009) é na Constituição Federal de 1988 que encontramos os primeiros parâmetros

do conjunto da política social brasileira, inclusive da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em 1996 que entrou em discussão na Câmara em 1983 e chegou ao Senado em 1988 foi alvo de disputa entre diversos grupos políticos. Posteriormente, alterada através de medidas provisórias e emendas, o que de acordo com Backx (2009, p. 125) “[...] resultou em uma lei genérica e contraditória”.

No que concerne, as possibilidades de atuação para o Serviço Social dentro da política de Educação, a citada autora destaca que compete ao profissional de forma crítica determinar finalidade a sua prática. Além disso, entende que

um conhecimento mais aprofundado possível das condições e do modo de vida dos usuários e as representações dos atores institucionais também fazem parte do trabalho de construção das hipóteses explicativas dos fenômenos em sua particularidade, bem como a identificação de possíveis estratégias de ação. (BACKX, 2009, p. 130).

A autora coloca ainda que a inexistência da intersetorialidade na política social brasileira é um desafio para o assistente social. Isso devido às situações de vulnerabilidade, violência e negligências a qual as crianças, adolescentes e famílias estão envolvidas. Neste aspecto, ressalta a importância dos programas de renda mínima associados a ações socioeducativas em várias modalidades (BACKX, 2009).

O assistente social, portanto, precisa viabilizar uma articulação com outros setores da política social de forma a atender da forma mais integral possível o aluno e a sua família, buscando, por um lado, seu acesso aos serviços e programas existentes e, por outro, a reconstrução da autonomia da família para que consiga articular respostas e recursos compatíveis com uma melhor qualidade de vida. (idem, p. 132)

Este desafio se aplica também ao contexto da política de Assistência Social, aquela que pretende possibilitar o acesso da população às demais políticas sociais, inclusive à educação. Souza (2009, p. 86) pontua que “a inclusão da assistência social no rol das políticas universais vem coroar um longo processo de luta para que as práticas inscritas no campo da proteção social fossem garantidas como direito”.

Na política de Assistência Social, mais especificamente na execução dos serviços, conforme descritos na Tipificação de Serviços Socioassistenciais, o assistente social lida com benefícios, serviços, programas e projetos que tem o objetivo de “promover os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, LOAS, 1993, Art.1º). Estes serviços são direcionados à família, obedecendo a matricialidade familiar e as seguinte público de usuários: crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população de rua, e outros.

No âmbito da Proteção Social Básica um dos serviços ofertados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) na Tipificação de Serviços Socioassistenciais (2014, p. 16). A oferta deste serviço para crianças de 6 a 15 anos “tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária”. Já para o público de 15 a 17 anos o foco está no fortalecimento da convivência familiar e comunitária, na contribuição para o retorno ou permanência na escola, por meio de atividades que estimulem a convivência social, a participação cidadã e uma formação para o mundo do trabalho.

Nesse sentido, observa-se que a garantia do direito social à Educação prevista na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente estão em harmonia com o foco das atividades executadas no SCFV para crianças, adolescentes e jovens, conforme descrito na Tipificação.

Segundo Souza (2009) a grande pulverização de demandas impõe a política de assistência social uma indispensável articulação às demais políticas setoriais, com uma função redistributiva com vistas a garantir igual acesso da população aos direitos sociais. Deste modo, a articulação entre as políticas de Assistência e Educação coloca-se como um desafio a fim de garantir direitos fundamentais à criança e ao adolescente atendidos por ambas.

A INSTRUMENTALIDADE E AS DIMENSÕES DO SERVIÇO SOCIAL

Yolanda Guerra define a instrumentalidade do Serviço Social como uma condição concreta de reconhecimento social da profissão, e como uma propriedade sócio histórica da mesma, por possibilitar o atendimento das demandas e o alcance de objetivos sociais e profissionais. “Ela possibilita que os profissionais objetivem suas intencionalidades em respostas profissionais” (GUERRA, 2000, p.1). A autora coloca ainda que a instrumentalidade é condição necessária de todo trabalho social, bem como uma categoria constitutiva, “modo de ser” de todo trabalho social, isto porque: “Na medida em que os profissionais utilizam, criam, adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade” (GUERRA, 2000, p. 2).

A aludida autora afirma que a instrumentalidade faz parte de todo trabalho social, no processo de atendimento das necessidades humanas materiais, sociais e espirituais, e que neste processo de trabalho do homem, na qual a natureza e a realidade social é transformada, o qual chamamos de práxis, o próprio homem é transformado, bem como os que estão a sua volta. “Assim, os homens reproduzem material e socialmente a própria sociedade” (GUERRA, 2000, p.3). Nas palavras da autora:

A ação transformadora que é práxis (ver Lessa, 1999 e Barroco, 1999), cujo modelo privilegiado é o trabalho, tem uma instrumentalidade. Detém a capacidade de manipulação, de conversão dos objetos em instrumentos que atendam as necessidades dos homens e de transformação da natureza em produtos úteis (e em decorrência, a transformação da sociedade) (idem).

Fernandes (2016) coloca que a intervenção do Serviço Social deve estar pautada na reflexão sobre a realidade que é concreta e complexa, e que por esta razão necessita de uma base teórico-metodológica que responda a esta complexidade (PONTES, 2000 apud FERNANDES, 2016, p. 18). Assim a intervenção do assistente social torna-se uma mediação, pois contribui para compreensão dos fenômenos sociais sobre os qual estamos intervindo.

Segundo Santos (2013), a dimensão teórico-metodológica se refere às diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade a qual vamos intervir. A dimensão ético-política se refere aos compromissos que o profissional assume, a partir da intencionalidade das ações projetadas, o que implica tomada de posições com base na sua sustentação teórica. Já a dimensão técnico-operativa é a expressão materializada das demais dimensões, teórico-metodológica e ético-política, que pôde ser observada nas ações de intervenção do Projeto de Intervenção de estágio realizado no CRAS Santa Maria.

Sinteticamente, podemos afirmar que a relação entre as dimensões se coloca no exercício profissional da seguinte forma: teoria como instrumento de análise do real, onde ocorre a intervenção profissional (dimensão teórico metodológica) para criar estratégias e táticas de intervenção (dimensão técnico-operativa), comprometidas com um determinado projeto profissional (dimensão ético-política) (SANTOS, 2013, p.2).

As dimensões constitutivas do Serviço Social, a teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que segundo Santos (2013, p.1) constituem uma unidade intrínseca a passagem da finalidade ideal à finalidade real, que se concretiza na efetividade da ação, “são as várias EXTENSÕES que determinam a profissão e suas particularidades”. Assim, a complexidade da unidade entre as três dimensões pode ser melhor compreendida ao percebê-las em cada etapa do Projeto de Intervenção, desde a análise e estudo da instituição, a elaboração do projeto, até a realização das ações de intervenção, como veremos a seguir.

AS AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Projeto de Intervenção “Educação é meu Direito” foi elaborado na segunda etapa do estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, realizado no CRAS Santa Maria na cidade de Aracaju. Na primeira etapa, realizamos um estudo sobre a Política

de Assistência Social, sobre o campo de estágio e a atuação do Serviço Social na instituição. Na segunda etapa, foi desenvolvida uma proposta de Projeto de Intervenção, que foi executado durante o período do estágio III, com um público específico de usuários vinculados a um dos serviços ofertados no CRAS Santa Maria.

Durante o período do Estágio Supervisionado I, observamos e participamos dos serviços ofertados no CRAS Santa Maria, dentre eles, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que possui diversas turmas, divididas por faixa etária, sendo que duas delas são a turma de adolescentes (12 a 14 anos) chamada “Jovens amigos”, e a turma de jovens (15 a 17 anos) chamada “Adolescentes fortes”.

Ao participar das atividades realizadas nestas duas turmas, que tem funcionado juntas, com atividades conduzidas pela mesma educadora social, e analisar as folhas de frequência dos grupos, bem como o perfil escolar dos usuários vinculados a este serviço, percebemos que estes são os dois grupos com o índice de frequência mais baixo, dentre todos os grupos do SCFV que funcionam no CRAS. Além disso, o Perfil das Famílias Cadúnico do Santa Maria 2017, documento elaborado pelo Observatório Social, aponta que os moradores do bairro na faixa etária de 11 a 14 e 15 a 17 anos tem os mais altos índices de distorção escolar idade/série, o que posteriormente irá resultar no baixo nível educacional da população maior de 18 anos, cujo 58,74% tem apenas o ensino fundamental e 1,18% cursou o ensino superior (ARACAJU, 2017).

Diante dos dados identificamos, percebemos que havia uma necessidade de intervenções que reapproximassem o público de jovens e adolescentes do SCFV, bem como os incentivassem a permanecer no Serviço, melhorando o índice de frequência na participação das atividades ofertadas. Com relação à distorção idade/série, havia também uma necessidade de incentivo a permanência na escola, temática que pode ser articulada as atividades educativas do SCFV. Desta maneira, as intervenções ocorreram em torno da temática da Educação de maneira transversal às atividades do SCFV.

A autora Araújo (2014, p.12) afirma que “entendida como um direito social a educação pode se configurar enquanto espaço para o exercício profissional do assistente social, visto que esse contribui na formulação, gestão e execução de políticas públicas”. Ou seja, como um profissional viabilizador de direitos, o assistente social deve contribuir para a efetivação de princípios garantidos em legislações como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, dentre outras, que versam sobre o direito à educação.

Assim, a execução do Projeto de Intervenção “Educação é meu Direito” justificou-se pela possibilidade de trabalhar a temática da Educação, de maneira interdisciplinar, enquanto um direito social que deve ser garantido, bem como a sua transversalidade com a realidade social a qual os usuários estão inseridos. De acordo com os objetivos específicos pretendeu-se através do Projeto, reapproximar os usuários do SCFV, discutir com os mesmos a respeito do direito à Educação, apresentar as áreas do conhecimento científico e incentivar a leitura, com vistas a despertar o compromisso da permanência na escola e o desejo de ingressar futuramente em uma Instituição de Ensino técnico ou superior pública.

Antes de iniciar a execução do Projeto alguns procedimentos antecederam esta fase, além da sua elaboração. A apresentação do Projeto à equipe de profissionais do CRAS Santa Maria foi um momento fundamental para a concretização do projeto, que vinha sendo esboçado. Durante a reunião de planejamento mensal do CRAS, a convite da coordenadora da instituição, o projeto foi brevemente apresentado à equipe, expondo aos diversos profissionais presentes os seus objetivos, a temática, o público-alvo e o cronograma de atividades. Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos sobre as atividades propostas, bem como deixamos aberta a possibilidade de sugestões ou ponderações. Em seguida, alguns encaminhamentos foram realizados para dar início à operacionalização do Projeto, tais como: elaboração do material de divulgação do Projeto, que recebeu um logotipo; um cartaz e convites individuais; divulgação dos cartazes, entrega dos convites e autorização dos pais ao público-alvo; convite à profissional para mediar as Rodas de Conversa; contato com a direção do IFS para autorizar a visita e, posteriormente, uma reunião com profissionais do campus, que conduziram a visita; solicitação do transporte à Prefeitura de Aracaju para realizar o traslado dos participantes à visita institucional; Convite à psicóloga para realizar a Oficina; Construção da metodologia e proposta da atividade da oficina; Tentativas de agendamento

de visita à UFS; Mudança de local a ser visitado; Agendamento da Visita ao Centro Cultural e Biblioteca Mário Cabral; Solicitação do transporte à Prefeitura Municipal de Aracaju para realizar o traslado da visita.

Após cada um desses encaminhamentos serem realizados, as intervenções aconteceram mediante a execução das atividades planejadas, expostas a seguir:

a) Roda de Conversa - Educação é meu Direito

A primeira intervenção realizada no mês de setembro de 2018 foi a uma Roda de Conversa sobre o tema que leva o próprio nome do Projeto: “Educação é meu Direito”. Esta atividade teve como objetivo principal o diálogo com os participantes a respeito da Educação enquanto um direito social, garantido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Este diálogo foi intermediado por uma pedagoga, funcionária da Secretaria Municipal da Educação de Aracaju, que tem proximidade com a instituição por fazer parte do grupo de políticas intersetoriais do bairro Santa Maria, o qual se reúne mensalmente no CRAS. Após o primeiro contato, o convite foi realizado, sendo prontamente aceito, em seguida, o cartaz e a metodologia da atividade foram-lhes enviada por e-mail a fim de que a mesma pudesse estar a par do que fora planejado, podendo sugerir alterações, se assim desejasse.

Assim, no dia 18 de setembro de 2018 às 14h 30 min, a Roda de Conversa - Educação é meu Direito, teve início em uma sala no andar do CRAS Santa Maria, contando com a presença de nove (09) usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com faixa etária de 09 a 15 anos, a maioria em situação de defasagem escolar. Também estavam presentes, além da estagiária de Serviço Social, a supervisora de campo, a educadora social e a pedagoga convidada, totalizando 12 presentes.

No primeiro momento, apresentamos o Projeto de Intervenção de maneira breve, reforçando seus objetivos e enfatizando a importância dos usuários continuarem participando das próximas intervenções, já deixando o convite para a visita ao Instituto Federal de Sergipe. Em seguida, apresentamos a pedagoga convidada, que em seguida esteve com a fala para fazer sua abordagem acerca da Educação, enquanto um direito social. Foi apresentado um vídeo sobre do Estatuto da Criança e do Adolescente e à medida que o vídeo foi sendo reproduzido, fizemos pausas para dialogar com as crianças e adolescentes, acerca da compreensão deles sobre o conteúdo que estava sendo transmitido.

Após o término do vídeo, foi realizada uma dinâmica de grupo, onde um barbante teve sua ponta passada por cada participante da roda, formando assim uma grande rede, cujo significado e aplicação foram alusivos ao ECA e a todos os direitos que previstos para as crianças e adolescentes, em diversas áreas da sua vida, inclusive a Educação. Ao término da atividade os usuários receberam um livro contendo o Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi levado pela pedagoga para presentear os participantes. Finalizamos a intervenção com uma foto do grupo de participantes presentes a atividade.

Segundo Moura e Lima (2014, p.101) “As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo”. Essa metodologia surgiu nos Círculos de Cultura de Paulo Freire na década de 1980, na perspectiva da Educação Popular que visa à produção dialógica do conhecimento e da cultura (LUNA; BERNARDES, 2016).

Nessa perspectiva, a Roda de Conversa é um instrumento que “permite a partilha de experiências e desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares” (MOURA; LIMA, 2014, p. 99). O que de fato ocorreu na nossa experiência com a Roda de Conversa realizada no CRAS Santa Maria. Nesta atividade não houve restrição da fala, ao contrário, as crianças foram questionadas e instigadas a refletirem sobre o que estavam ouvindo e vendo no vídeo reproduzido, e em seguida compartilharem o que compreenderam, associando o conteúdo aos aspectos da sua própria vida e rotina, na escola por exemplo.

Nas rodas de conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e de fala, em que se agregam vários interlocutores, e os momentos de escuta são mais

numerosos do que os de fala. As colocações de cada participante são construídas por meio da interação com o outro, seja para complementar, discordar, seja para concordar com a fala imediatamente anterior. Conversar, nessa acepção, significa compreender com mais profundidade, refletir mais e ponderar, no sentido de compartilhar (MOURA; LIMA, 2014, p.100)

Deste modo, através da Roda de Conversa sobre o tema “Educação é meu Direito”, foi possível identificar qual a visão das crianças e adolescentes sobre a Escola e qual o valor elas atribuem ao processo educacional, bem como suas percepções acerca do direito a ter uma educação pública de qualidade e a consciência de quando esse direito lhes é negado. Neste primeiro momento foi possível desencadear algumas provocações iniciais sobre esta problemática. Porém, o tema esteve presente no bojo das intervenções subsequentes, quando foi possível dá continuidade a este diálogo.

b) Visita Institucional - Instituto Federal de Sergipe (IFS)

A visita institucional ao Instituto Federal de Sergipe foi planejada com o objetivo de levar os participantes a conhecerem uma escola de nível médio, técnico e superior, pública, na qual eles pudessem ingressar enquanto estudantes, a fim de terem acesso à Educação Pública de qualidade que propiciando uma formação cidadã e a qualificação profissional necessárias a emancipação social do indivíduo.

Como já relatado anteriormente, fez-se necessário resolver algumas questões institucionais antes que a própria intervenção viesse a ocorrer, a exemplo do agendamento desta visita, da solicitação do transporte e da reunião com dois professores do IFS e um técnico administrativo, para tratar do roteiro de visita no mês de outubro de 2018.

Após isto, no dia 02 de outubro de 2018 às 14:30 seis (06) usuários do SCFV, com faixa etária de 09 a 15 anos, em situação de defasagem escolar, um deles acompanhado pelo pai, além de estarem presentes a educadora social, a supervisora de campo e a estagiária, se dirigiram ao IFS, utilizando como transporte uma Van disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Aracaju. Chegando a esta instituição fomos recebidos pela coordenadora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a qual nos conduziu pelos seguintes espaços: Salas de aula, Biblioteca, laboratório de química, laboratório de informática, laboratório de edificações e quadra de esportes. A medida que os usuários chegavam a cada um desses espaços, professores, alunos e técnicos, prontamente lhes apresentaram o que estavam fazendo, permitindo-os participar daquela experiência, como observar um microscópio, por exemplo. Por último, visitamos o campo de futebol e quadra de esportes, onde um dos professores apresentou a infraestrutura da escola, instigando ainda mais os alunos a estudarem lá. Fomos presenteados pelos professores com canetas personalizadas do IFS, fizemos alguns registros fotográficos e em seguida os usuários se dirigiram ao transporte que os aguardava para levá-los de volta ao CRAS Santa Maria.

Acerca da forma de ingresso na instituição, a professora Marlúcia explicou sobre o processo seletivo, o sistema de cotas e os auxílios disponibilizados para alunos de baixa renda, como fardamentos, material didático, transporte escolar e outros, que possibilitam a permanência dos mesmo na instituição e diminuem a evasão escolar.

c) Oficina - Reflexões sobre meu futuro profissional

A oficina com tema “Reflexões sobre meu futuro profissional” ocorreu no mês de dezembro de 2018 às 14h 30 min em uma sala no primeiro andar do CRAS Santa Maria, contando com a participação de nove (09) usuários do SCFV, com faixa etária de 09 a 15 anos, a maioria em situação de defasagem escolar. A profissional convidada para ministrar a oficina é psicóloga e compõe a equipe técnica do CRAS Santa Maria, trabalhando em dupla no acompanhamento psicossocial das famílias usuárias dos serviços do CRAS, juntamente com a assistente social, supervisora de campo deste estágio curricular. A proposta desta intervenção, que inicialmente seria uma roda de conversa, foi discutida com as duas profissionais, que lançaram a sugestão de após o diálogo sobre as perspectivas profissionais dos usuários, produzir um cartaz com colagens que remetessem ao que eles almejam para seu futuro. Desta forma, como haveria um produto desta intervenção, a mesma ganhou o caráter de oficina.

Assim, a intervenção foi iniciada pela psicóloga que convidou os participantes a sentarem conosco

no chão formando uma roda e em seguida fez uma breve apresentação do seu trabalho no CRAS e da proposta desta oficina. Ao entregar os recursos para a produção do cartaz (papel madeira, cartolina, revistas, tesoura e cola) dialogamos com os participantes acerca das suas aspirações profissionais e ouvimos suas respostas, enquanto folheavam as revistas. Alguns deles relacionaram sua escolha ao que viram na Visita ao IFS, escolhendo recortes que representavam um “cientista”, por exemplo. Já outros, escolheram profissões como youtuber, dançarina, veterinária, tatuador, jogador de futebol, policial e outras. À medida que os cartazes foram sendo finalizados, a psicóloga lhes dava uma devolutiva sobre aquela escolha pontuando a importância e a necessidade de continuar no processo educacional para exercer determinada profissão. A oficina foi encerrada com uma foto dos participantes, exibindo os cartazes produzidos e as respectivas profissões almejadas.

d) Visita institucional - Centro Cultural de Aracaju e a Biblioteca Mário Cabral

A visita ao Centro Cultural de Aracaju e a Biblioteca Mário Cabral, ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2019 no turno vespertino, com a presença de seis (06) usuários do SCFV mais um responsável familiar, uma educadora social, uma assistente social e uma estagiária. Os usuários saíram do CRAS em transporte disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Aracaju.

Ao chegar ao Centro Cultural fomos recebidos por uma monitora de visitação, que já nos aguardava, pois, a visita havia sido previamente agendada. Fomos conduzidos até o primeiro espaço onde foi explanado acerca da história de Sergipe e sua capital Aracaju, trazendo vários elementos do contexto histórico e político, desde a sua fundação. Em seguida, nos dirigimos ao pavimento superior, onde foram apresentadas novas exposições sobre a cidade e onde está localizada a Biblioteca Mário Cabral. Na biblioteca, os participantes participaram de uma Roda de Leitura, na qual tiveram a oportunidade de conhecer algumas obras clássicas da literatura brasileira, tendo um tempo especial para a leitura, manuseio dos livros e perguntas à bibliotecária. Logo após, fomos conduzidos à sala de Cultura Popular, um memorial de brinquedos artesanais utilizados pelas gerações passadas. Neste espaço foi possível perceber uma euforia e admiração dos participantes, inclusive nos adultos que se identificaram com cada peça em exposição.

RESULTADOS E AVALIAÇÃO

No que diz respeito aos resultados do Projeto de Intervenção “Educação é meu direito” destacam-se dois momentos de avaliação pelos participantes, público-alvo (crianças e adolescentes), primeiro após a realização da Roda de Conversa e da Visita Institucional ao IFS e segundo após a realização da Oficina e da Visita ao Centro Cultural de Aracaju.

Na primeira avaliação utilizamos uma imagem com cinco expressões faciais referentes ao nível de interação de cada participante nas atividades mencionadas. Os participantes receberam uma folha com o desenho das expressões faciais impressa e lápis de cor para que pudessem pintá-las de acordo com as expressões que mais identificasse a sua interação naquela atividade. Pode-se avaliar então que em termos de interação pessoal dos participantes na Roda de Conversa o percentual contabilizado foi de 90% associados às expressões “Gostei” e “Adorei”, com apenas 1% à expressão “Não Gostei”. Já com relação à Visita Institucional ao IFS, as interações variaram entre 90% para “Gostei” e “Adorei” e 1% para “Indiferente”.

Mas, este primeiro momento de avaliação não foi apenas quantitativo, na folha de avaliação entregue aos participantes, colocamos um espaço para avaliação qualitativa, que poderia ser expressada através de um pequeno texto ou palavras que dissessem como o Projeto Educação é meu Direito estava acrescentando a formação dos participantes. Observou-se que apesar da dificuldade na escrita, os participantes tentaram expressar sua avaliação acerca das intervenções realizadas no Projeto, demonstrando que o mesmo tem contribuído para sua formação, sobretudo no âmbito da escolarização e no despertar da conscientização do direito à educação.

O segundo momento de Avaliação ocorreu após as duas últimas intervenções, sendo estas a Oficina “Reflexões sobre meu futuro” e a Visita institucional ao Centro Cultural de Aracaju. Esta avaliação se deu através da construção de uma Linha do Tempo de todas atividades realizadas no Projeto. A linha do tempo foi construída pelos próprios participante os quais receberam várias fotografias embaralhadas dos quatro momentos de intervenção. A dinâmica propunha a identificação de cada momento, separando as fotos para serem penduradas em no cordão, equivalente a cada atividade.

Além disso, os participantes receberam Post-it e canetas hidrográficas para escreverem comentários acerca de cada momento registrado nas fotos. Em seguida, após a Linha do Tempo ficar pronta, a gerente do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sugeriu que o trabalho fosse exposto no mural de entrada do CRAS a fim de que o Projeto tivesse suas etapas de intervenção contempladas por toda comunidade, usuários, pais e profissionais da instituição. Esta avaliação caracterizou-se também como atividade de encerramento do Projeto de Intervenção, considerando que foi a última oportunidade de socialização de conhecimento e integração com os usuários, bem como o último dia de estágio no CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, depreende-se que o Projeto de Intervenção “Educação é meu direito” desde a sua elaboração até a execução das intervenções e a sua avaliação, expressa as dimensões constitutivas do Serviço Social, a saber: a teórico -metodológica, a técnico-operativa e a ético-política.

Neste intenso período de estágio no CRAS Santa Maria os aprendizados iniciais puderam comprovar que a minha formação foi acrescida de experiências e conhecimentos acerca da atuação dos assistentes sociais na Política de Assistência Social e a possibilidade de articular ações com as instituições do âmbito da política educacional. Nessa direção, as ações socioeducativas foram planejadas no sentido de privilegiar o diálogo com uma perspectiva de direitos e cidadania.

Os desafios em intervir nas expressões da questão social a partir de uma proximidade com as reais necessidades dos usuários da instituição foi significativo, principalmente identificar o andamento dos serviços prestados ao público numa conjuntura política eleitoral.

Por fim, as ações socioeducativas desenvolvidas durante a realização do Estágio Supervisionado no CRAS Santa Maria estiveram alinhadas com o projeto ético-político do Serviço Social, no sentido de fortalecer a luta em defesa da educação pública e da inclusão de segmentos historicamente alijados desse processo, com vistas a efetivação de um direito social.

~BIBLIOGRAFIA

ARACAJU. Perfil das Famílias Cadúnico Santa Maria. Observatório Social de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju. Secretaria da Família e da Assistência Social. 2017

BACKX, Sheila. O Serviço Social na Educação. In: REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Serviço Social e Políticas Sociais. UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

BERNARDES Jefferson de Souza. SAMPAIO Juliana. ASSIS Julyana Silva de. TAVARES Mariana Falcão. LUNA Willian Fernandes. RISCADO Jorge Luís de Souza. Sobre Rodas de Conversas e Oficinas - Implicações Éticas em Pesquisas. Investigação Qualitativa em Saúde Volume 2. 6º Congresso Iberoamericano de Investigação Qualitativa.

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988.

_____. Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm

_____. Lei Nº

9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da e

ducação nacional. Disponível em:

http:/

[/www.pla](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

[nalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

_____. Norm

a

Operacional

l Básica de Recursos Humanos do SUAS. Minist&

ecute

rio do Desenv

olvimento Social e Combate à Fome. Br

así

lia. 2006.

_____. Perguntas Frequentes Servi

ço de C

onvivência e For

talecimento de Víncul

os (SCFV). Minist&

ecute;rio do Desenvolvime

nto Social. Bras&iac

ute;lia, 2016.

_____. Tipifica&ati

lde;o Nacion

al de Serviços Soci

oassistenciais. Ministério

do D

esenvolvimento Social e Combat

e à Fome. Brasília. 2014

CFESS. Código

de Ética do Assistente Soci

al Lei 8

662/93. 10º edi&ccedi

L;ão. Brasília,
2012.

_____. Parâmetro
s para atuaçã
;o do Assistente Social
na Política
de Assistência
Social. Brasília, 2011.ht
tp://mds.gov.b
r/assuntos/cadastr
o-unico Acessado em 02 de maio de 2018.<
br /> _____

_____. Subs&ia
cute;dios para Atuação do Assisten
te Soc
ial na pol
ítica de Educação.
COUTO. Be
re
nice R
ojas. Formulação de Projeto de trabalho profission
r>

**al. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profi
r>ss
ionais.**

**GUERRA. Yolanda. A instrumentalidade no trabalho
do
assis**

**tente social. Cadernos do Programa de Capacitaç&a
tilde;**

**o Continua
da para assistentes sociais “Capacita&cced
il;ã**

**;o em Servi&cc
edil;o Social e Política Social&r
dquo;, M&oacut**

**e;dulo 4: O trabal
ho do assistente social e as pol
íticas soci**

**ais, CFESS/ABEPSS- UNB
. Brasília, 2000.**

**LAVORATTI, Cle
ide. COSTA, Dorival (Org.)**

**. Instrumentais
técnico-operativos
no Serviço Social um de
bate nec**

**essário. Ponta Grossa,
Estudio Texto, 2016.**

LIMA,

Maria Glória; MOURA, Ariana

Ferro. A Reinvenção

Da

Roda: Roda De Conversa: Um Ins

trumento Metodológico P

ossív

el. Revista Temas em Educa

ção. Jo&atil

de;o Pessoa, v.23, n

.1, p. 98-106, jan.-ju

n. 2014.

MENEZE

S, Ebenezer Takuno de; SANTO

S, Thais Helena do

s. Verbete transversalidade. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:

<http://www.educabrazil.com.br/transversalidade/> . Acesso em: 11 de set. 2018.

SOUZA. Fátima Valéria Ferreira de. A política de Assistência Social: começando o debate In: REZENDE. Ilma; CAVALCANTI, Ludmila Fontenele. Serviço Social e Políticas Sociais. UFRJ. Rio de Janeiro, 2009.

UNICEF. ECA25ANOS Estatuto da Criança e do Adolescente. Avanços e Desafios para a infância e adolescência no Brasil. Brasil, 2015.

SANTOS. Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. Conexões Gerais, nº3, 2 semestre, 2013.